



AUTORIA DO TRABALHO ACADÊMICO

Ricardo Andrade Marcondes¹

RESUMO: A cópia de trabalhos acadêmicos realizada pelos alunos da graduação, de maneira a substituir o nome do verdadeiro autor a fim de conseguir obter a nota de maneira mais fácil se multiplicou nos últimos anos. Esta facilidade de copiar ocorre devido ao advento da tecnologia com o acesso livre aos textos da *internet*. No Brasil, o plágio é considerado crime intelectual pelo código penal brasileiro. Contudo, neste artigo é revisto alguns conceitos didáticos do ensino-aprendizagem a fim de apontar as responsabilidades dos professores e instituições de ensino, as preocupações, e as defesas da sociedade acadêmica no combate ao plágio.

Palavras-Chave: Plágio. Trabalho Acadêmico. Professor Universitário. Direito Autoral

AUTHOR OF ACADEMIC WORK

ABSTRACT: The copy of academic papers held by undergraduate students in order to replace the name of the real author in order to obtain the note more easily multiplied in recent years. This ease of copying occurs due to the advent of technology with free access to the texts of the internet. In Brazil, plagiarism is considered intellectual crime by brazilian penal code. However, this article is revised some educational concepts of teaching and learning in order to point out the responsibilities of teachers and educational institutions, concerns, and defenses of academic society in combating plagiarism

Key words: Plagiarism. Academic Paper. University Teacher. Copyright.

AUTOR DEL TRABAJO ACADÉMICO

RESUMEN: La copia de trabajos académicos en poder de los estudiantes de pregrado con el fin de reemplazar el nombre del autor real con el fin de obtener la nota más fácilmente multiplicado en los últimos años. Esta facilidad de copia se produce debido a la llegada de la tecnología, con acceso gratuito a los textos de Internet. En Brasil, el plagio es considerado crimen intelectual del código penal brasileño. Sin embargo, en este artículo se revisa algunos conceptos educativos de enseñanza y aprendizaje con el fin de precisar las responsabilidades de los docentes y las instituciones educativas, las preocupaciones, y las defensas de la sociedad académica en la lucha contra el plagio.

Palabras clave: plagio, trabajo académico, profesor universitario, autor.

¹ pós-graduado em Gestão de Pessoas, pós-graduado em Didática e Metodologia do Ensino Superior

INTRODUÇÃO

Comumente existe uma percepção do professor de ensino superior em relação aos trabalhos acadêmicos, que de alguma maneira foram escrupulosamente adulterados em seu formato original, em outras palavras, plagiado. E, essa ocorrência é evidenciada na prática estudantil de nível superior, especialmente, na graduação.

Com o advento da internet, a sua propagação e fácil acesso agraciado com a estabilização do poder econômico no Brasil, a partir do ano 2.000, a facilitação aos estudos ocorreu de maneira acelerada. E, para atender a demanda e suprir a lacuna deixada pelo poder público no quesito “ensino de nível superior” surgiram (e continuam surgindo) as Faculdades de cunho Privado. Deste surgimento combinado com o avanço do poder econômico do brasileiro e das empresas brasileiras, muitas pessoas tiveram a oportunidade de se iniciar aos estudos ou a facilidade de voltar aos estudos. Principalmente, aos estudos de nível superior e sem a necessidade de ser avaliado por rigoroso processo de seleção ora denominado “vestibular”. E, segundo Schwartzman (2008) é para as faculdades particulares que se dirigem os alunos que não conseguem entrar nas faculdades ou universidades públicas, e ainda, os alunos que entram na faculdade pública não têm condições de fazer um curso mais exigente. São reprovados logo no primeiro ou segundo ano por não conseguirem acompanhar o ensino devido à baixa qualidade de preparação que lhe foi ofertada no ensino médio.

Ocorre que no Brasil, nesta última década houve um aumento de grande deficiência no ensino de base considerando-se o ensino fundamental e médio, a qual vem refletir no aluno quando este se torna universitário. Sendo que este aluno do ensino superior privado, em sua maioria, advém do precário ensino público na sua formação fundamental ou médio ou ainda é inserido na faculdade após anos de ausência escolar.

O Ensino Superior Privado no Brasil surgiu a partir de 1968, muito embora a Lei 5540/68 tenha sido parcialmente modificada pela Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, na época, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Conforme dispõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE², o índice de analfabetismo no Brasil das pessoas acima de 15 anos de idade caiu de 20,1% para 13,6% na última década do século XX – períodos de 1991 a 2000.

² <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index.html> - acessado em 09/11/2011

Numa redução significativa de 11,8%, mas o país ainda possui um total de 14,6 milhões de pessoas analfabetas. O IBGE destaca que o indivíduo considerado Analfabeto Funcional é a pessoa que possui menos de 04 anos de estudos, ou seja, àquelas que ainda não completaram a 4ª série primária, considerada como um primeiro ciclo de ensino. Finalmente, o IBGE considera que um jovem com 14 anos de idade deveria ter 8 anos de estudo, portanto, deveria ter concluído o ensino fundamental (completado a 8ª série). Mas, é somente na faixa entre 19 e 24 anos de idade que a média da população alcança oito anos de estudo.

E, neste sentido, que as faculdades de ensino privado acabam por atender a grande parcela de jovem e adulto que não tenham seguido ou concluído a escola regular no ensino fundamental ou médio, em seu tempo certo, que por fim foram diplomados através de exames supletivos ou outros cursos rápidos. Fator determinante de baixa qualidade do saber e capacidade de compreensão ou comprometimento aos estudos, que agregado ao acesso e a praticidade tecnológica pode ser um indicativo que implica perfeitamente ao uso contínuo do plágio no trabalho acadêmico.

BREVE CONCEITO SOBRE PLÁGIO

Entretanto é essencial esclarecer o real significado da palavra Plágio e discorrer um pouco sobre a legislação atual que concebe o plágio como um crime de caráter intelectual.

O Plágio é dado como crime nas legislações brasileiras através da Lei nº 9.610/98 que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e pelo Código Penal Brasileiro, em seu artigo nº 184, que diz:

*“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos.
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.*

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 4º O disposto nos §§ 1o, 2o e 3o não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto.”

A prática de plágio, nos dizeres de Netto (2008) significa:

[...] o crime de plágio representa o tipo de usurpação intelectual mais repudiado por todos: por sua malícia, sua dissimulação, pela consciente e intencional má-fé do infrator em se apropriar, como se de sua autoria fosse, de obra intelectual (*normalmente já consagrada*) que sabe não ser sua. (NETTO, 2008, p. 320).

Conforme disposto no dicionário da língua portuguesa (XIMENES, [2007], p. 731), plágio é a ação ou efeito de plagiar, e a palavra Plagiar está traduzido da seguinte maneira:

“ 1. Apresentar como seu (trabalho artístico ou científico de outrem).”

“ 2. Imitar (obra alheia), em parte ou no seu todo.”

Ainda na conceituação da palavra, a mesma tem sua grafia em latim “Plagiare”, que recebeu essa palavra do grego, e o seu significado original seria: **oblíquo, retirado, posto de lado**. (VALENTE, 1986).

Já o Direito Autoral possui como titularidade original de direito do autor o criador da obra intelectual, ou seja, o autor “pessoa física” que cria a obra intelectual de maneira individual ou em co-autoria.

Conforme atesta este direito o disposto na Lei 9610/98, em seu artigo 11 (lei brasileira de direitos autorais), e ela assim estabelece:

“Artigo 11 – Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.”

Assim, Plágio e Direito Autoral não se misturam em sua essência, porém, o primeiro diz respeito à violação do segundo quando o segundo se encontra vulnerável aos olhos do oportunista.

Portanto, o seu uso, antes mesmo de ser percebido pelos agentes educacionais, deveria ou deve ser combatido na Instituição de Ensino, a qual é um laboratório de dissimulação do saber e que não deve ser permissivo à dissimulação da cópia ilegal.

O professor universitário ou o corpo docente e a instituição em que o professor atua, via de regra, são os atores principais desta percepção, portanto, são os divulgadores responsáveis para o combate deste crime intelectual.

Porém, o Corpo Docente parece não se encontrar preparado para perceber um plágio num trabalho acadêmico, e quando isso ocorre, as suas reações são as mais estranhas possíveis. Alguns resolvem corrigir o problema dando um “*feedback*” de melhoria aos alunos, outros professores costumam chamar a atenção da turma da sala de aula, e outros ainda, preferem se manter em silêncio fazendo entender que nada ocorreu, na esperança de que o fato dificilmente se repetirá. E esquecem que o Plágio deve ser descrito, traduzido ou tratado na sua prática como algo criminoso previsto no código penal brasileiro, o qual merece atenção, reeducação e correção imediata do aluno.

ELEMENTOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Afirma Moreira (2003) que há quatro elementos que compõe o processo ensino-aprendizagem: o professor, o aluno, o conteúdo e a instituição de ensino. Todos ligados às características da escola.

Importante conhecer esta dinâmica no sentido de se poder formular a compreensão como uma das causas do “Por quê?” o aluno na entrega do trabalho acadêmico pode não apresentá-lo na forma de sua autoria como deveria de ser.

O PROFESSOR:

É considerado o elemento principal dentro da sala de aula. Trata-se de fonte direta de consultoria dos alunos, e é o símbolo que num primeiro momento todos os alunos lhe dirigem a atenção na expectativa de aprender algo inédito. Em geral, o professor pode adaptar-se melhor ou pior em relação aos seus alunos, ao conteúdo da disciplina e até mesmo na instituição de ensino. Pois, num primeiro momento, os alunos buscam classificar o professor em termos comportamentais, ou seja, se ele é acessível ou não acessível, motivador ou não motivador e etc.

Quanto ao relacionamento professor-aluno, cabe a ele a flexibilidade de coordenar as novas situações em sala de aula, ter habilidade para resolver problemas comportamentais e o correto desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Ao conhecimento, espera-se que o professor possua aspectos intelectuais e didáticos para o correto uso do conhecimento do conteúdo e das técnicas de ensino, a isto se chama dimensão cognitiva. Portanto, o professor com alto grau de dimensão cognitiva, segundo Moreira (2003), deveria ser capaz de avaliar os seguintes itens:

- O grau de exigência do conteúdo em relação às capacidades intelectuais e comportamentais dos estudantes;
- a distância entre essas características nos seus alunos e aquilo exigido pelo conteúdo;
- que recursos instrucionais, técnicas de comunicação, tipos de material etc. podem ajudar a suprir a diferença;
- Em que sequência e em qual velocidade o conteúdo deve ser apresentado; que meios devem ser usados para prover *feedback* de resultados. (MOREIRA, 2003, p. 71).

O ALUNO:

Os alunos diferem na velocidade, tempo e profundidade da aprendizagem, bem como em sua disposição de estudar.

Considera-se sua inteligência, capacidade de raciocínio e velocidade de aprendizagem como sendo suas “habilidades intelectuais”. Logo, colocando-se o conteúdo necessário para ensinar, o aluno terá seu rendimento de aprendizagem influenciado pela sua habilidade intelectual, e que também será motivado pelo seu interesse sobre o tema ensinado, o qual o fortalecerá inclusive na sua disposição e aceitação do curso e do instrutor.

Todavia, conforme relata Coleman, et al. (1966 apud MOREIRA, 2003, p. 68) existem um conjunto de variáveis que podem influenciar a aprendizagem e desenvolvimento do aluno, tais como idade e sexo, todavia, a grande variável de fundo parece ser o *status* socioeconômico, bem como essa influência de aprendizagem pode ser atribuída não apenas em um só professor, mas a uma série deles em que o aluno se relaciona durante o longo período estudantil.

Disserta ainda, que a influência do *status* socioeconômico e da estrutura familiar são maiores no caso dos alunos adolescentes e adultos e vão desde as condições biológicas (alimentação, saúde e etc.) até o estímulo intelectual, que terão grande peso na sua formação intelectual e cognitiva.

O CONTEÚDO:

Considera-se que os conteúdos devem ser adaptados às dimensões do aluno, que ao contrário podem direcionar o aluno a uma reação negativa quanto ao professor ou ao curso se considerar que sua capacidade está aquém da compreensão das aulas gerando então uma insatisfação, a qual segundo (MOREIRA, 2003), dá-se o nome de sobrecarga de confronto. Assim, com sua compreensão comprometida, várias alternativas poderão surgir:

1. O aluno aceita que o novo conteúdo adicional faça parte da programação, e fora das salas de aula busca um equilíbrio para poder cumpri-lo;
2. O professor altera sua programação inicial a fim de lecionar o conteúdo adicional;
3. Busca-se uma solução intermediária entre o item 1 e 2;
4. Nenhuma solução acima é tomada, o professor deixa de ser o foco do aluno, e o aluno entra em um estado de apatia ou revolta para com o professor e sua disciplina.

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Esta é constituída do chamado clima ambiental que determinado através das pesquisas institucionais de medição que verificam a sua capacidade e qualidade de ensino. O clima ambiental condiciona o desempenho dos professores e alunos e ainda reflete as crenças dos dirigentes da instituição, de maneira que devem adaptar-se aos professores. Por exemplo, os dirigentes podem acreditar que bastam deter recursos mínimos para que os professores desempenhem bem o seu papel, assim, como um quadro negro e giz. No caso, desestimulam a criatividade docente e prendem os alunos às meras anotações em sala de aula. Outro exemplo de um clima ambiental empobrecido é quando os dirigentes focam o equilíbrio político a favor dos alunos devido à demanda e procura algo muito comum no ensino particular. Neste caso, o professor perde sua posição de comando e fica vulnerável dentro da própria instituição forçando a considerar que o mais importante é a sua popularidade, e então a coloca acima da qualidade de ensino, a fim de manter-se seguro. (MOREIRA, 2003, p. 70).

Por outro lado, presume-se que alguns estudantes para facilitar a busca de informações e conhecimento em seus estudos têm realizados seus trabalhos acadêmicos de maneira copiada, principalmente de modo virtual através da *internet*, ao invés de apresentá-lo de maneira dissertativa como sendo sua a autoria original. E, para tanto, utilizam-se principalmente das ferramentas virtuais como o uso do computador, deixando a busca bibliográfica em segundo plano devido à facilidade de acesso e ganho de tempo através das chamadas: bibliotecas virtuais.

Já a maioria das Instituições de Ensino Superior não costuma apurar a existência do plágio ou executar medidas eficazes de combate à prática criminosa. Comumente ouvem-se comentários nas salas dos professores que os alunos universitários praticam com muita frequência o plágio nos trabalhos acadêmicos. Este fato também é perceptível em conversas realizadas pelos discentes através da *internet* em alguns *blogs* e *Fóruns*.

Cabendo considerar nos dizeres de Vasconcelos (2009) que a competência prática do professor universitário não exclui outras facetas necessárias no seu desempenho profissional, se assim o for, significaria transformar o ensino superior em um simples curso técnico de nível superior.

AÇÕES DA SOCIEDADE ACADÊMICA NO COMBATE AO PLÁGIO ELETRÔNICO.

É sabido que o plágio não é algo novo. Em outras décadas alunos universitários praticavam o plágio copiando em seus cadernos ou datilografando artigos ou partes deles extraídos de livros, jornais e enciclopédias. Ocorre que atualmente a tecnologia propiciou a praticidade através da *internet* e isto aumentou em grande número os trabalhos adulterados.

Dessa maneira se ganha tempo, facilidade de montagem de textos, mudanças no tamanho da fonte e etc. Mas um único ponto o aluno deixa a desejar: a ausência da fonte do material pesquisado. Quase sempre ela não é citada, não se sabe a origem ou o livro apontado não faz parte do acervo da biblioteca da faculdade, ou ainda, a fonte é estrangeira e totalmente estranha ao grau cultural do aluno que se diz “autor da pesquisa”.

Talvez na mesma velocidade em que o sítio eletrônico facilita as cópias dos trabalhos acadêmicos e possibilita à troca de sua autoria ou identidade, a imprensa se encarrega de divulgar o crime intelectual, conforme mostrada na reportagem televisiva e disposta na

internet, em 28/08/2011, sob o título: “indústrias de trabalhos escolares fatura alto com o plágio.”³

A multiplicidade do surgimento de plágio em trabalhos acadêmicos devido ao acesso tecnológico nos dias atuais também fez com que as universidades de precavessem e criassem condições de combate ao plágio para a proteção ao direito autoral.

O Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, por exemplo, possui um projeto para prover a biblioteca digital de monografia, e, trata-se de um serviço automático de prevenção ao plágio. Segundo Oliveira (2007) alguns experimentos desse projeto sobre documentos consistem em um acervo enorme de obras que descrevem a metodologia científica adequada para a composição de artigos. Na triagem do serviço automatizado, os trabalhos considerados como sendo fruto de plágio indicaram índice de 69,60% a 95% de similaridade com os documentos originais.

Outra atitude anti-plágio foi a criação e desenvolvimento de um programa de computador para ser usado no combate ao plágio acadêmico, chamado de “farejador de plágios”⁴, criado por Maximiliano Zambonato Pezzin, Engenheiro e Mestre da Computação. Trata-se de um interessante software que pode ser usado em duas ocasiões: a primeira é verificar se o autor do trabalho científico está com a sua obra plagiada, e a segunda serve para o professor verificar se o trabalho apresentado pelo aluno é um plágio.

Interessante à mobilização da sociedade acadêmica para o combate ao plágio. Significa que realmente algo anormal está acontecendo com as postulações nos trabalhos acadêmicos e que estas ocorrências começam a incomodar as Instituições de Ensino de nível superior sejam elas Particulares ou Públicas.

Entretanto, devido à vulnerabilidade combinado com esta lacuna formada entre o crime intelectual e o seu combate aonde atuam alguns professores e algumas instituições, surgem vários comércios virtuais que buscam especializar-se para vender seus serviços de combate ao plágio acadêmico. Dentre eles, existe o chamado “ephorus”⁵ e que funciona de maneira *online*. Possui algumas modalidades de uso, mas a principal é o fornecimento de um banco de dados para uso exclusivo da Faculdade contratante, que por sua vez deve solicitar aos alunos que todos os trabalhos realizados sejam postados naquele sítio eletrônico para verificação. Finalmente, este último se encarrega de verificar e informar se o trabalho acadêmico apresentado é ou não um produto de plágio além de manter um banco de dados

³ <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1671301-15605,00.html> – acesso em 29/08/2011.

⁴ <http://www.farejadordeplagio.com.br> - acessado em 09/07/2011

⁵ <http://antiplagio.com.br/web/index.php> - acessado em 25/06/2011

próprio de todos os trabalhos já realizados pelos estudantes e professores da Instituição de Ensino.

UMA PESQUISA SOBRE OS FATORES QUE MOTIVAM A PRÁTICA DO PLÁGIO

Segundo a pesquisa publicada em revista científica⁶ por Sureda, et al (2009) constatou as principais percepções do corpo docente de diversas Universidades da Espanha em relação ao que motiva o aluno universitário a mudar a autoria do trabalho acadêmico, ou seja, praticar o plágio.

A pesquisa buscou atingir um público de 3.717 docentes que abordou por amostragem o percentual de 7,6% atingindo então 282 docentes.

Os docentes consideraram como causa principal da prática do plágio: a comodidade do aluno, as facilidades que a *internet* oferece o sentimento de impunidade, e o não saber realizar trabalhos acadêmicos combinado com o próprio comportamento do professor e a metodologia empregada em aula com as estratégias didáticas utilizadas.

Interessante saber que essa pesquisa teve como período de aferição os anos de 2006 a 2008. Percebe-se que o tema plágio começa a ser preocupante já alguns anos atrás e não se restringe ao Brasil ou América latina, mas sim parece ser algo mundial, e no caso, muito praticado, percebido e combatido também na Europa.

Em outros subitens da pesquisa com pontuação média dada entre 0 a 5 pontos que buscam aferir determinadas características do professor e determinadas características dos alunos

Em resumo, se destacam os seguintes itens e a valoração de suas pontuações, sendo que a maior nota se refere ao item mais indicado pelo professor, podendo-se admitir que em cada frase contida na Tabela 1 e 2 refere-se a uma resposta para a pergunta: **Por que o aluno comete plágio?**

⁶ Revista Iberoamericana de Educación, nº 50 (2009), p. 197-220

A saber:

Tabela 1 – As causas do plágio acadêmico entre o aluno universitário segundo o corpo docente – Comportamento do Professor.

CARACATERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO DO PROFESSOR	PONTOS
Porque o professor não lê com profundidade o trabalho do aluno	3,12
Porque há muitos pedidos de trabalhos aos alunos que ainda têm que estudar para os exames	2,90
Porque o professor é pouco hábil no uso de tecnologia	2,62
Porque os trabalhos possuem pouco peso na nota final	2,61
Porque o professor pede trabalhos muito complicados	2,18

Fonte: *Las causas del plagio académico entre el alumnado universitario según el profesorado* - publicado na Revista Iberoamericana de Educación nº 50 (SUREDA, et al, 2009, p. 205) – traduzida e adaptada pelo autor.

Tabela 2 – As causas do plágio acadêmico entre o aluno universitário segundo o corpo docente – Comportamento do Aluno.

CARACATERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO DO ALUNO	PONTOS
Por comodidade	4,11
Por má gestão do tempo (deixa para fazer as coisas no último momento)	3,88
Pela sensação de impunidade (pois é difícil o professor saber que o trabalho foi copiado)	3,46
Por não saber como realizar o trabalho	3,39
Por crença de que tudo o que está na internet se pode copiar	3,37
Por acreditar que os trabalhos solicitados não afetarão a sua formação	2,88
Por falta de tempo devido às situações pessoais	2,58
Para obter a melhor nota	2,43

Fonte: *Las causas del plagio académico entre el alumnado universitario según el profesorado* - publicado na Revista Iberoamericana de Educación nº 50 (SUREDA, et al, 2009, p. 205) – traduzida e adaptada pelo autor.

CONCLUSÕES SOBRE O RESULTADO

Conforme os apontamentos de Jaume Sureda e outros, na Tabela 1, é possível perceber que o corpo docente espanhol admite que os professores não analisa os trabalhos de seus alunos com a atenção devida, e os alunos são sobrecarregados nos estudos, portanto lhes falta tempo para realizar pesquisas de maneira ética.

Em contrapartida, na Tabela 2, os professores apontam que os alunos utilizam-se do plágio devido à comodidade e má gestão do tempo, e ainda, com um peso alto apontam o fato da sensação de impunidade.

Finalmente, verifica-se que o aluno espanhol parece não se diferenciar do aluno brasileiro, nesta questão, ou ao menos se pode afirmar que as percepções do professor universitário espanhol são as mesmas que as do professor brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho venha contribuir aos docentes e discentes sobre a importância da correta conduta quanto à legalidade e legitimidade do direito autoral, pois o autor do presente artigo científico considera que sem a preservação da honestidade intelectual não há progresso tecnológico.

Analisando uma frase de autoria desconhecida, porém famosa por seus dizeres: “no mundo nada se cria, tudo se copia”, não passa de mero dito popular, sem efeito comprobatório ou científico para o bem do desenvolvimento tecnológico, que apenas instiga ou dissemina uma cultura errônea ao desenvolvimento das pessoas desestimulando inclusive o “espírito pesquisador” do estudante do nível superior.

Sendo o docente uma âncora vista pelo discente cabe a ele as primeiras providências para se evitar o plágio ou a sua disseminação no ambiente de aprendizagem.

É necessário que o docente seja mais que um mero professor e assuma a função de Educador para conseguir mensurar o grau cultural de seus alunos, os quais chegam à graduação com um índice de conhecimento ou discernimento estudantil muito ruim ou aquém do esperado, e, inclusive ingressam sem conhecimento ou até mesmo sem vocação para a

carreira que escolheu desmotivando-se a aprender. Pois, sonham com a colação de grau, mas parece não se importar com a formação profissional, sendo que esta vem antes da primeira.

Então num primeiro momento é o caso do Educador mostrar ao aluno as vantagens que terá em ser o real Autor do Trabalho Acadêmico sempre que lhe for requisitado um trabalho, de maneira que o aluno possa perceber que agindo assim estará agregando conhecimento, estará instigando seu espírito de pesquisador, estará aguçando o senso crítico, se atualizando para o mercado de trabalho e etc.

Porém, é necessário que antes, o educador, de fato ensine como se deve ou como se quer que o trabalho acadêmico seja elaborado, pois como percebido alguns alunos simplesmente não realizam o seu trabalho de pesquisa porque não teve antes o devido ensinamento didático ou o prévio conhecimento do “aprender fazendo”.

Todavia, é importante que as Instituições de Ensino tomem a frente do combate ao plágio e não deixe esta tarefa somente a cargo do corpo docente.

É importante ainda, que o professor saiba definir ou separar o que de fato é um plágio daquilo que de fato foi parafraseado de maneira incorreta, haja vista, o grande número de trabalhos acadêmicos postados na internet e que abordam o mesmo tema ou falam sobre o mesmo assunto. Portanto, quando comparados poderão ser confundidos com plágio devido à subjetividade do julgamento do professor ou de seus paradigmas.

Sugere-se então, algumas ações simples de combate ao plágio, mas que podem ser eficazes, tais como:

- Na integração do aluno no seu primeiro ano de curso deve ser mostrada como um manual de conduta, a preocupação e rejeição da Instituição de Ensino com o uso de plágio, fazer o aluno entender que essa prática vai contra a cultura da instituição;
- A Instituição de Ensino poderá criar um Comitê de Ética em Trabalhos Acadêmicos composta por alguns professores, de maneira que os casos denunciados ao comitê sejam averiguados com melhor precisão e ao final, uma vez comprovado a ilegalidade, que sejam tomadas medidas rigorosas de combate ao crime intelectual em desfavor do aluno infrator e de maneira exemplar;
- A Instituição de Ensino poderá criar um Centro de Apoio ao Estudante com aulas que abordem a metodologia do trabalho científico além de aulas sobre informática, escrita entre outras dificuldades que hoje o aluno recém-chegado possui, e que possam ser ministradas fora do horário normal de aulas para não prejudicar a grade escolar;

- Caso a grade do curso não contenha uma disciplina sobre Metodologia e Instituição não possua um Centro de Apoio ao Estudante, o docente deve conceder algumas horas de sua disciplina para ensinar o aluno a elaborar um trabalho acadêmico e somente depois disso exigir sua devolutiva;
- Qualquer uma destas sugestões tem grandes chances de assegurar um clima ambiental de respeito dentro da Instituição de Ensino, que por si só modificará para melhor a cultura da Instituição de Ensino.

REFERÊNCIAS

IBGE. População, Economia e Sociedade. **Educação no Brasil**. [S.l.] [2003]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index.html>>. Acesso em: 09 out. 2011.

MOREIRA, Daniel Augusto et al. **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. 1ª ed., 2ª reimpr. – São Paulo: Pioneira, 2003. 180 p.

NETTO, José Carlos Costa. **Direito autoral no Brasil**. 2ª ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: FTD, 2008. 464 p.

OLIVEIRA, Márcia et al. **Bibliotecas digitais aliadas na detecção automática de plágio**. In: BIBLIOTECA DIGITAL DA UNICAMP, 2007, Vitória, Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=23482>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Indústria de trabalhos escolares prontos fatura alto com plágio. **Fantástico**, São Paulo, ago. 2011, reportagem de Sônia Bridi. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1671301-15605_00.html>. Acesso em: 29 ago. 2011.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 7ª ed. rev., ampl. e atual. – Niterói, Rio de Janeiro: Imperius, 2010. 381 p.

SCHWARTZMAN, Simon. A culpa é do ensino médio. **Ensino Superior**, Rio de Janeiro, ago. 2008, reportagem de Patrícia Pereira. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12191>>.

SUREDA, Jaume et al. Las causas del plagio académico entre el alumnado universitario. In: REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN. N.º 50 (2009), p. 197-220, Espanha. **Artigos Científicos**. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie50a10.pdf>>. Acesso em 07 set. 2011

VALENTE, Décio. **O plágio**. São Paulo: Editora do Lar ABC do Interior, 1986, 246 p.

VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho. **A formação do professor do ensino superior**. Niterói: Intertexto; São Paulo: Xamã, 2009. 104 p.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. edição rev. e ampl. – [S.l.] Ediouro, [2007], 980 p.